

Economistas criticam correção

CRISTINA BORGES

No primeiro dia de vigência, apontado como um teste, a nova política cambial ficou em recuperação, de acordo com o veredito do mercado financeiro local e internacional. No cenário doméstico, os atores estiveram muito nervosos: bolsas em queda, aumento das taxas de juros, títulos da dívida externa em patamares semelhantes aos da véspera da desvalorização do real e continuidade da saída de dólares. As primeiras indicações são de que não adiantou nada a alteração do câmbio, avaliam economistas.

"A nova política cambial não muda a questão fundamental: se haverá tempo de o governo fazer o ajuste fiscal antes que o custo dos financiamentos externos fique inviável", diz José Alexandre Scheinkman, professor de Economia da Universidade de Chicago (EUA).

Mais contundente, Reinaldo Gonçalves, professor titular de Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Ja-

neiro (UFRJ), critica a estratégia econômica do governo. "O rumo continua errado. Enquanto Fernando Henrique Cardoso não mudar a estratégia autofágica de liberalização financeira, comercial e cambial vai continuar a trajetória de crise que, a cada rodada, se agrava mais e mais. O Brasil é um país pobre, sem competitividade, sem condições de segurar a liberalização dos últimos quatro anos", afirma.

Esforço inócuo - Na avaliação de Cláudio Contador, professor titular de Economia da UFRJ, assim como todo o esforço imposto com a elevação da taxa de juros foi inócuo para o governo estancar a crise, a mudança cambial pode ter igual destino, com o agravante de que o "risco" Brasil cresceu. Ele destaca que a dívida interna do país aumentou com a desvalorização, já que boa parte dela está em títulos atrelados ao dólar.

Contador cobra maior habilidade do governo ao identificar na saída de Gustavo Franco da presidência do Banco Central,

neste momento, maior fragilidade na discussão de Fernando Henrique Cardoso com os governadores. O economista recomenda ao governo sair da posição defensiva para sentar-se à mesa para uma ampla negociação. "O comandante de um navio enfrenta a borrasca à frente do leme. O presidente precisa descer do palanque para enfrentar um desarranjo tão grande da economia, que não vai se resolver a curto prazo", diz ele.

Scheinkman aponta que um dos maiores problemas do Brasil continua sendo a necessidade de poupança externa para financiar o déficit público. "O governo deixou o déficit se acumular até levar a uma aritmética muito perversa: o déficit aumenta o endividamento do país porque requer taxas de juros cada vez mais altas para continuar a se financiar, voltando a aumentar o déficit", destacou.

Ele lamenta que o ajuste fiscal não tenha sido feito há um ano e meio, na época da primeira crise do Sudeste Asiático, lembrando

que o governo não cumpriu as medidas do "pacote 51". Esse atraso, continuou, levou o Brasil a pagar mais de US\$ 50 bilhões de juros da dívida interna em 1998, criando uma pressão fiscal muito elevada.

Scheinkman aponta várias opções de política cambial compatíveis com a estabilidade da moeda. Entre elas, cita a flutuação do dólar. Com o déficit fiscal resolvido, acrescenta, é possível adotar o *currency board* (câmbio fixo, em que cada real equivaleria a um dólar e a circulação de dinheiro na economia seria de acordo com a disponibilidade de dólares no país). O economista admite que os custos do câmbio fixo são a perda de liberdade de política monetária, mas ao mesmo tempo lembra que "o Banco Central não estaria perdendo um grau de liberdade que tenha sido usado com eficiência por governos ao longo da história do país".

"Essa liberdade criou mais problemas do que soluções, como provam as décadas de 70, 80 e 90", arremata.